

AS MULHERES E A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Profa Dra Françoise Dominique Valéry (Brasil)

francoisevalery@hotmail.com

Resumo:

Buscando caminhos para a geração de renda e de oportunidades de trabalho, as mulheres brasileiras, ainda enfrentam um sem número de dificuldades e discriminações ao entrar no mercado de trabalho em condições geralmente desiguais em relação aos homens. A essa desigualdade de sexo, somam-se outras relacionadas às condições socioeconômicas, à idade e aos preconceitos de raça e cor. Esses quatro elementos (classe, cor, geração e gênero) fazem parte de um arcabouço que se constituiu nos anos 80 e 90 para analisar de modo crítico o papel das mulheres brasileiras no mundo do trabalho. Ora, é justamente no cerne da condição feminina, da pobreza, da discriminação social, sexual e racial que as ciências sociais demonstraram seu potencial explicativo e seu limite. Trabalhar com a dimensão de gênero representa, portanto, ainda hoje, uma questão epistemológica delicada na medida em que a incorporação da perspectiva de gênero na prática das políticas sociais e econômicas está se fazendo de modo lento. Apesar da pressão dos organismos internacionais no tocante à compreensão das relações entre gênero e desenvolvimento, de um lado, e dos movimentos de mulheres no que diz respeito à incorporação das demandas específicas das mulheres no quadro das políticas públicas, do outro, a maioria dos técnicos, profissionais e políticos que atuam no processo de gestão do desenvolvimento local ainda não enxergam essa dimensão e não a incorporam. No quadro do presente trabalho, pretende-se apresentar e discutir a inserção das mulheres na chamada economia solidária, refletindo sobre a experiência acumulada pela Rede Nacional de Incubadoras tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, que integra docentes e discentes oriundos de instituições universitárias brasileiras, onde se desenvolvem modalidades de pesquisa-intervenção junto à grupos produtivos e se articulam ações de formação e capacitação em gestão social, empreendedorismo, desenvolvimento humano e sustentável e cidadania. Nesta rede, um diferencial importante é o papel das mulheres tanto do lado acadêmico (direção e gestão dos projetos de incubação,

contribuição na elaboração de uma metodologia de incubagem própria ao contexto socioeconômico e cultural brasileiro) como na base organizacional e nos projetos desenvolvidos pelos grupos. Como resultados, o trabalho pretende fornecer informações acerca da metodologia de abordagem e refletir sobre a contribuição das mulheres na economia solidária no Brasil, à luz da perspectiva de gênero.

Introdução

As mulheres brasileiras, tais como a maioria das mulheres pobres da América Latina, ainda enfrentam um sem número de dificuldades e discriminações ao entrar no mercado de trabalho em condições geralmente desiguais em relação aos homens. Isso se deve ao contexto de profundas transformações demográficas, sociais, culturais, políticas e econômicas pelas quais o Brasil vem passando, e que se intensificaram no início do século XXI. Sabe-se que nas últimas décadas, vários fatores explicam essas transformações: a queda das taxas de fecundidade, o envelhecimento da população, o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, a expansão da escolaridade, os novos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade brasileira (BRUSCHINI, 2000).

Ao tentar saber quais caminhos as mulheres brasileiras buscaram para a geração de renda e de oportunidades de trabalho, precisa-se chamar a atenção sobre o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos anos: houve um aumento significativo e constante das mulheres na população economicamente ativa (PEA). Assim sendo, quatro em cada dez mulheres em média estão no mercado de trabalho, de uma forma ou de outra. Elas, na verdade, se dedicam hoje a um conjunto de atividades que vão desde ocupações remuneradas em dinheiro, mercadoria ou benefícios (moradia, alimentação, roupa, etc.) na produção de bens ou serviços, até ocupações remuneradas em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico, trabalhos desenvolvidos na própria unidade familiar, por conta própria ou de um patrão, atividades desenvolvidas em instituições beneficentes, em cooperativas, etc. Isto incluiu várias formas de trabalho realizadas por mulheres, que antes não eram consideradas como trabalho (atividades para autoconsumo, produção familiar, etc.).

Importante se faz salientar o peso da manutenção de um modelo de família patriarcal, embora fortemente contestado (CASTELLS, 2000), segundo o qual cabem principalmente às mulheres as responsabilidades domésticas e socializadoras, bem como a persistência de uma identidade construída em torno do mundo doméstico, fatores que induzem as mulheres à uma constante necessidade de articular papéis familiares e profissionais, limitando a sua disponibilidade para o trabalho. Sabe-se que o estado conjugal, a presença de filhos, a idade, a escolaridade, até a cor, afetam a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, mas não a participação masculina. A mudança mais significativa experimentada no mercado de trabalho foi que, até o final dos anos 70, as trabalhadoras brasileiras na sua maioria eram jovens, solteiras e sem filhos; hoje, passaram a ser mais velhas, casadas e mães. Deste modo, averigua-se que os padrões culturais e os valores relativos ao papel social das mulheres mudaram significativamente no Brasil, intensificados pelo impacto dos movimentos sociais, de mulheres e feministas nos anos 80 e 90. Hoje pode-se constatar a existência de uma identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo.

No entanto, todos os dados apontam também para o fato de que as mulheres continuam em desvantagem no mercado de trabalho. A persistência da responsabilidade das mulheres pelos cuidados com a casa e a família, a maternidade, a insuficiência de equipamentos coletivos, são fatores bastante conhecidos, aos quais se somam a diversificação das pautas de consumo, a emergência de novas necessidades e desejos, impulsionados pela

propaganda, o empobrecimento da classe média brasileira e a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devida a precarização dos sistemas públicos de atendimento e a retração das políticas sociais.

Além disso, devido às crises econômicas que marcaram o processo de reestruturação produtiva nas últimas décadas, houve um aumento do desemprego, uma alteração significativa na distribuição da PEA, deslocando-a do setor industrial para ocupações no setor informal. Hoje a geração de trabalho e renda, para as mulheres, se efetua maciçamente no setor terciário (prestação de serviços, comércio, administração pública e principalmente atividades sociais). Deste modo, as chances de se conseguir um emprego formal diminuíram muito em todas as regiões e áreas metropolitanas, tendo como paralelo a crescente precarização das relações de trabalho e um aumento significativo do trabalho por conta própria, fenômenos que atingem as mulheres brasileiras muito mais drasticamente do que os homens.

Outras diferenças de situação entre os sexos podem ser relevadas. De um lado, as mulheres continuam ocupando posições precárias no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja como não remuneradas ou como trabalhadoras voltadas para atividades de auto consumo (na agricultura familiar, por exemplo) ou então autônomas por conta própria, no próprio domicílio. De outro lado, até na administração pública, é notório a presença de mulheres nas funções burocráticas enquanto continuam poucas nos cargos de diretoria ou chefia. Alguns guetos femininos permanecem tais como: a enfermagem, o magistério primário, a assistência social e outros. No entanto, em algumas ocupações técnicas e científicas, já se constata mudanças, pois as mulheres ampliaram significativamente sua presença em profissões e ocupações de prestígio (arquitetura, medicina, jornalismo, direito). No campo do cooperativismo, dados da OCB apontam para a maciça participação das mulheres na base das associações e cooperativas (até 80% em organizações sociais no Nordeste) enquanto elas permanecem minoria na condução e gestão das associações e cooperativas principalmente (somente 12% das mulheres dirigem cooperativas no Nordeste).

A essas desigualdades de sexo, somam-se outras relacionadas às condições socioeconômicas, à idade e aos preconceitos de raça e cor. Esses quatro elementos (classe, cor, geração e gênero) fazem parte de um arcabouço que se constituiu nos anos 80 e 90 para analisar de modo crítico o papel das mulheres brasileiras no mundo do trabalho. Muito já se escreveu acerca da importância do conceito de gênero enquanto ferramenta teórica para lidar com as dificuldades materiais das mulheres nos países mais pobres, como o Brasil. Na verdade, a sua formulação se deu como consequência do questionamento feminista a respeito do patriarcado, do trabalho, da produção e da reprodução bem como sobre os itinerários sociais sexuados. Ele trouxe à tona principalmente uma nova problemática: o conceito de gênero que deu sentido às diferenças biológicas reconstruídas pela cultura e pela história. Assim sendo, ao considerar o processo de desenvolvimento econômico, constata-se que este se fez sem que se questionem as relações homens/mulheres, que eram consideradas, na época, como complementares, e sem que se questione as relações de poder que regem o conjunto das relações sociais e econômicas.

Neste quadro, o conceito de gênero foi e ainda é um importante mecanismo para quebrar o silêncio em relação às desigualdades sociais entre homens e mulheres. A adoção de políticas baseadas na perspectiva de gênero poderia permitir confrontar a exploração e submissão das mulheres, legitimando as desigualdades entre homens e mulheres como uma questão social relevante (MACHADO, 1999). Deste modo, adotar uma perspectiva de

gênero, principalmente no campo da elaboração, implantação e avaliação de políticas de desenvolvimento, poderia efetivamente fazer a diferença na vida de muitas mulheres.

Ao analisar e avaliar as políticas sociais no Brasil, constata-se que foram montadas pelo chamado “Estado de Bem estar social” embora de modo imperfeito e inacabado, e desmontadas na onda neoliberal da globalização dos anos 90. Os vários estudos das práticas sociais no cotidiano, no chão da fábrica, na rua, na casa, ajudam a desvendar as mil faces da questão social no Brasil. Ora, é justamente no cerne da condição feminina, da pobreza, da discriminação social, sexual e racial que as ciências sociais demonstraram seu potencial explicativo e seu limite. Trabalhar com a dimensão de gênero representa, portanto, ainda hoje, uma questão epistemológica delicada na medida em que a incorporação das perspectivas de gênero na prática das políticas sociais e econômicas está se fazendo de modo lento.

Apesar da pressão dos organismos internacionais no tocante à compreensão das relações entre gênero e desenvolvimento, de um lado, e dos movimentos de mulheres no que diz respeito à incorporação das demandas específicas das mulheres no quadro das políticas públicas, do outro, a maioria dos técnicos, profissionais e políticos que atuam no processo de gestão do desenvolvimento local ainda não enxergam essa dimensão e não a incorporam (MACHADO, 1999; VALERY, 2001).

No quadro do presente trabalho, pretende-se apresentar e discutir a inserção das mulheres na chamada economia solidária, refletindo sobre a experiência acumulada pela Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs neste campo. O ponto de partida das ITCPs vem da idéia de incubadora de empresas de base tecnológica, ampliada além dos tipos de incubadoras existentes no Brasil (ANPROTEC, 2002), visto que a questão tecnológica passou a ter uma abrangência maior, agora com uma perspectiva de desenvolvimento social e econômico. Daí, o surgimento das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

Incubadoras destinadas, no Brasil, à assistência de empreendimentos econômicos solidários, ou seja, aqueles empreendimentos coletivos formados a partir de iniciativa de trabalhadores e trabalhadoras, existem há mais de dez anos (GAIGER e SINGER, 2003). O público atendido predominantemente pelas incubadoras é constituído de trabalhadores (as) desempregados, pessoas em situação de trabalho precarizado e grupos excluídos do mundo do trabalho, em grande parte constituídos por mulheres. Como os integrantes destes grupos, por razões as mais diversas, não tiveram oportunidade de desenvolver habilidades técnicas e gerenciais, por exemplo, há que se implementar ações que possibilitem a maximização do capital intangível (conhecimentos, informações, resgate de valores, etc). Este capital se devidamente articulado pode levar o grupo a um estágio superior ao inicial, assegurando condições mínimas de sustentabilidade. Assim, o êxito do empreendimento cooperativo popular tem estreita vinculação com a melhoria do nível de qualificação escolar, profissional, com o aumento do grau de confiança entre os membros do grupo, maior transparência nas relações e maior articulação interna e externa.

As incubadoras de cooperativas norteiam suas ações na perspectiva de desenvolvimento local, permitindo abrindo perspectivas de acesso dos associados não somente à renda, mas também proporcionando acesso ao conhecimento e proximidade as instâncias de poder e governos, dando-lhes instrumental necessário para influenciar às decisões políticas/administrativas em suas comunidades (FRANCO, 2000,). Isto possibilita a participação dos atores locais na construção da nova cidadania, entendida como esforço

para o desenvolvimento local (JARA, 1998). Isso possibilita também a realização de trabalhos com grupos focalizados, como as mulheres (artesãs, produtoras rurais, trabalhadoras urbanas desempregadas, mães e jovens grávidas, etc.) na busca da superação das diferenças entre os sexos, transformadas culturalmente em desigualdades de gênero (VALERY, 2001).

À medida que as incubadoras de cooperativas priorizam os trabalhos coletivos através de pessoas menos favorecidas, se permite um processo de inserção social e de pré-condições para que estes grupos alcancem um maior nível de inserção social e econômica. O envolvimento da universidade como um dos instrumentos de mediação desse processo, através de aporte de novos conhecimentos, contribui para a consolidação dos laços sociais e ainda, incrementa o nível tecnológico da cooperativa, em busca de sua sustentabilidade econômica e social e luta contra os preconceitos sociais, sexuais e raciais, como é o caso da ITCP criada no seio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a INCOOP em articulação com o Núcleo Nísia Floresta de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero – NEPAM, no Rio Grande do Norte.

No caso das ITCPs criadas no seio da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e da UFRN, por exemplo, o processo de construção da metodologia para o funcionamento dessas incubadoras deu-se a partir da experiência dessas instituições em estudos voltados para cooperativismo, associativismo, educação popular e gênero.

Para isto, essas ITCPs contam com a participação de professores, alunos, ex-alunos, técnicos e profissionais contratados. Para desenvolvimento de processos de autogestão, a INCUBACOOOP toma como imprescindível a participação efetiva dos cooperados na tomada de decisão, entendendo a participação como algo abrangente, considerando-se três vetores básicos: **o fazer parte**, ou seja, pertencer à organização, **o ter parte**, os cooperados terem o sentido da propriedade comum, e **o tomar parte**, isto é, tomar decisões (TINOCO, 1993).

Assim sendo, com o intuito de incrementar e consolidar o capital humano, financeiro e social dos grupos, essas ITCPs delinearam uma metodologia de intervenção social composta de duas etapas básicas: pré-incubação e incubação.

A pré-incubação, via oficinas de capacitação, tem por objetivo suscitar no grupo um maior nível de confiança, de entrosamento, de coesão em torno de objetivos comuns, ampliar a visão da rede de relações necessárias para que o grupo possa alcançar maior desenvolvimento econômico e social, compreender os mecanismos gerais de funcionamento dos mercados, saber como elaborar um plano de negócios e entender o papel de uma cooperativa neste processo. Findo esta etapa, caso o grupo decida constituir a cooperativa, inicia-se então a segunda etapa do processo, a incubação.

Na Incubação, a cooperativa já legalmente constituída passa a receber, durante um período de tempo variável (1 a 3 anos) apoio administrativo, gerencial, contábil e financeiro. A fase inicial é de implantação do empreendimento cooperativo (organização inicial da gestão, planos operacionais de curto prazo, os primeiros ensaios de marketing, etc.); a segunda fase é de desenvolvimento (processos mais elaborados de planejamento, com ações voltadas para o marketing, capacitações específicas); a terceira é a desincubação, onde as cooperativas são preparadas para se desligar da incubadora.

O exemplo citado ilustra o trabalho das incubadoras da rede, que integra, em projetos de extensão, docentes e discentes oriundos de várias instituições universitárias brasileiras, na sua maioria Universidades Federais, onde se desenvolvem modalidades de pesquisa-

intervenção junto à grupos produtivos e se articulam ações de formação e capacitação em gestão social, empreendedorismo, desenvolvimento humano e sustentável e cidadania.

Nesta rede, um diferencial importante é o papel das mulheres tanto do lado acadêmico (direção e gestão dos projetos de incubação, contribuição na elaboração de uma metodologia de incubagem própria ao contexto socioeconômico e cultural brasileiro) como na base organizacional e nos projetos desenvolvidos pelos grupos. Portanto, o que o presente artigo se propõe a fazer é tecer algumas considerações sobre as mulheres e suas relações com a economia solidária. A seguir, serão fornecidas algumas informações sobre a extensão enquanto proposta de gestão social diferenciada, sobre o contexto da reestruturação produtiva e a economia solidária como alternativa para o desenvolvimento local, sobre a incubação de empreendimentos solidários enquanto tecnologia de gestão social, finalizando com o papel das mulheres na economia solidária. Em conclusão, refletir-se-á sobre a contribuição das mulheres na economia solidária no Brasil, à luz da perspectiva de gênero.

Extensão, o foco na inovação e na gestão social

É importante salientar que a experiência acumulada, no quadro de projetos de extensão universitária, pela Rede de ITCPs tem como princípio norteador a idéia de que grupos voltados para atividades produtivas tradicionais (como as mulheres que se dedicam ao artesanato no meio rural e nas periferias urbanas, por exemplo) detêm forte potencial inovador. Sabe-se da dificuldade de aplicar o conceito de inovação, já largamente utilizado no campo da administração, no campo da gestão social. No entanto, a rede de ITCPs trabalha para construir uma nova relação, cujos aspectos principais são: a satisfação de necessidades de base dos grupos sociais (incluindo a satisfação das demandas específicas das mulheres), a busca de instalações e infra-estruturas adequadas, a realização de ações de educação e formação (incluindo a luta contra o preconceito e a discriminação social, sexual e de gênero), o amplo acesso à informação, a busca de oportunidades, a ênfase no empreendedorismo e na gestão social e a captação de recursos para financiamento das atividades meios e fins.

Portanto, a extensão universitária cabe um papel de transformação social assegurando através da inovação uma maior competitividade comunitária, assegurando melhores condições sociais, econômicas, políticas e ambientais a população da região onde são desenvolvidas suas ações. Ações de superação das diferenças de gênero podem ser definidas como práticas de extensão.

O Contexto da Reestruturação Produtiva e a Economia Solidária como Alternativa para o Desenvolvimento Local

As questões referentes ao mundo do trabalho exercem influência fundamental na forma de organização da sociedade e no desenvolvimento humano. Nesse início do século XXI, *“as classes que vivem do trabalho sofrem a sua mais aguda crise que atingiu sua subjetividade, sua materialidade e sua forma de ser”* (ANTUNES, 1997).

A recente evolução das economias latino americanas é um bom exemplo para ilustrar o processo crescente de mundialização da economia e suas conseqüências em termos de financeirização, de reestruturação dos processos de trabalho e de avanço tecnológico, criando uma superpopulação de trabalhadores desnecessários ao processo de acumulação capitalista. Surge uma nova pobreza, cuja força de trabalho não tem preço, porque também não há mais lugar no mercado, fenômeno denunciado como “horror econômico”.

Nesse contexto, os países do terceiro mundo como o Brasil sofrem o impacto do conjunto de medidas preconizadas pelo consenso de Washington: estabilização da moeda, privatização das empresas estatais, redução do papel regulador do Estado, saneamento da dívida pública, desregulamentação do mercado de trabalho e minimização das políticas sociais. Em contrapartida, nesses países também se processa uma revolução tecnológica, com o advento da microeletrônica e da robótica, que reduz o trabalho vivo e amplia o trabalho morto. Criando-se, com isso, o desemprego estrutural, a pressão dos setores da população marginalizados socialmente e sem possibilidade de inserção dentro da nova lógica do processo produtivo.

Face a essas transformações, os projetos e as experiências pautados em iniciativas populares, cooperativas e empreendimentos autogestionários, ou seja, formas alternativas ao capitalismo, tomam maior fôlego constituindo uma nova consciência e cultura do trabalho (SINGER, 2003). Nesse cenário, a economia solidária pode ser considerada como um projeto social alternativo estratégico, com potencial de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares.

Embora os empreendimentos de economia solidária ensejem o desenvolvimento local integrado sustentável, com geração de trabalho e renda, redução da exclusão social, ampliação da cidadania e democracia, projetos dessa natureza dependem de mudanças micro e macro econômicas, necessitando, acima de tudo, de aporte institucional e legal, por parte das autoridades governamentais, bem como, da implementação de políticas públicas de constituição de ambiências produtivas para que floresçam, tenham durabilidade, alcance social e abrangência populacional.

A experiência ora apresentada, da rede brasileira de ITPCs, tem como característica de ser voltada para a geração de trabalho e renda: os projetos nascem a partir de demandas locais (de grupos sociais organizados, grupos produtivos onde as mulheres são maioria, associações, sindicatos de trabalhadores, etc.) e se desenvolvem sob forma de projetos de ação / intervenção social focalizada, que contribuem para consolidar a interação entre universidade e sociedade. O trabalho é realizado por docentes e discentes de vários cursos e centros, numa perspectiva interdisciplinar, como forma de garantir o cruzamento dos diversos olhares tendo como foco uma realidade que é multifacetada, portanto bastante complexa.

“construir uma cooperativa significa imergir no caldo social dos grupos com quem trabalhamos, permeados por valores da competição, do ter ao invés do ser (...) para fazer emergir uma nova forma de organização social, baseada na solidariedade, no respeito às diferenças de cada um, (...) como sujeitos sociais de direitos na democracia, na possibilidade de crescimento intelectual e afetivo de cada um e todos enquanto um grupo constituído” (Kruppa, 1999: 4-5).

Esse trabalho é feito em função de uma tecnologia da gestão social ainda em construção (VALERY, 2004), chamada de metodologia de incubação de empreendimentos solidários.

Uma Metodologia em Construção: incubação de empreendimentos solidários

No processo de incubação, as dimensões teórico-metodológica e ético-política encontram-se intimamente relacionadas, formando uma simbiose com a dimensão técnico-operativa. Estas dimensões conformam uma prática social cuja dinâmica vem exigindo, dos docentes e discentes comprometidos com a intervenção social, aproximações sucessivas e bastante

flexíveis da realidade social e de ações / inflexões sobre o processo desencadeado, envolvendo ensino, extensão e pesquisa.

A compreensão teórica das modalidades de economia popular solidária tem sido explicitada por SINGER (1999 e 2003), VAINER (2003), GUIMARÃES (s/d), e outros, e a troca com os grupos incubados, tem possibilitado *“perceber os setores populares como sujeitos da produção social da vida humana e, ao mesmo tempo, contribuir para que seus empreendimentos se constituam em um locus de criação e recriação de relações econômicas e sociais que contemplem as necessidades da grande maioria da população – hoje excluída, inclusive, do direito à manutenção da própria vida”* (TIRIBA, 2001:27).

Os sujeitos que estão interagindo, docentes e discentes da Universidade e membros dos grupos trabalhados, cada um com posições iniciais distintas, buscam através do diálogo a adoção gradativa e consciente de visões mais críticas da realidade vivenciada: graças ao aspecto eminentemente pedagógico da ação educativa, chega-se ao consenso sobre o potencial de mudanças do quadro de exclusão, subordinação e alienação a que ainda está, cultural e politicamente, submetido o grupo incubado.

A incubação é uma tecnologia de gestão social (VALERY, 2004) que precisa de procedimentos específicos, a serem utilizados durante um significativo tempo de interação com o grupo incubado (de vários meses até 3 anos). Assim sendo, as atividades realizadas dizem respeito à: a) articulação de parcerias para viabilizar e consolidar o empreendimento solidário, que geralmente nasce como grupo produtivo e se transforma em cooperativa; b) capacitação e qualificação dos cooperados para autogestão da cooperativa; c) acompanhamento do processo de evolução do grupo; d) assessoria ao grupo na elaboração de projetos para captação de recursos; e) realização de estudos de viabilidade social e econômica, indo até a elaboração de um Plano de Negócios; e f) formação profissional complementar dos discentes e estagiários dos diversos cursos, incluindo atividades de pesquisa e elaboração de relatórios técnicos.

Na visão de alguns teóricos (SINGER e GAIGER), essa modalidade de prática social visa *“o rompimento das amarras ideológicas subjacentes à pobreza”*, sendo importante ressaltar a opção política da equipe de assessoria em defesa dos interesses dos excluídos da sociedade capitalista, a compreensão do movimento dialético da realidade e a defesa do potencial econômico, cultural e político do grupo incubado. Toda essa prática social está vivenciada durante 3 anos, sob forma de *“utopia experimental”*, expressão utilizada por VAINER (s/d, 60,61) e por ele definida como sendo:

“a sensação de que os trabalhadores podem ser dignos, se encontrar coletivamente, gerir e autogerir o seu próprio trabalho, e sentir que o trabalho pode não ser apenas um momento de subordinação e de entrega, mas pode ser um momento de encontro e de construção individual...” E o autor ainda sintetiza a expressão como sendo *“momentos de afirmação, no presente, de que o futuro é possível”*.

Os desafios que estão postos aos empreendimentos de economia solidária (EES) são a inclusão de um grupo social historicamente excluído do mundo do trabalho, sem atividades produtivas que lhe proporcione o alcance de uma sobrevivência mais digna. Esses grupos experimentam estratégias voltadas para a organização de pequenas estruturas produtivas e

populares cuja motivação inicial dos envolvidos diretamente no processo é o aumento da renda familiar e a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos seus integrantes.

Em relação aos resultados alcançados, há uma busca permanente de parceiros através de articulação institucional que viabilize treinamentos e a elaboração de projetos para captação de recursos. Na vivência coletiva diária do trabalho produtivo, ocorrem muitas vezes conflitos, porque os incubados são *“pessoas que aprenderam a ser excluídas e dominadas e que tem dificuldades em se libertar das amarras ideológicas historicamente inculcadas”*, apesar das orientações das equipes de assessoria. A rotatividade dos integrantes do grupo contribui também significativamente para o limitado avanço na percepção de construção do coletivo. É o grande desafio a ser vencido pelo próprio grupo e pela equipe de assessoria, cientes de que *“homens e mulheres com histórias de subserviência reproduzidas secularmente, não se transformam em um tempo pré-determinado em pessoas autônomas, livres e autoras da sua própria história individual e coletiva”*.

Outro desafio igualmente importante é conseguir a superação das discriminações sociais, sexuais e raciais inerentes à atual estrutura social brasileira.

As mulheres na economia solidária

Apesar da parca bibliografia disponível sobre o assunto, a questão da participação das mulheres na economia solidária tem sido tratada recentemente sob ótica feminista (NOBRE, 2003a e 2003b). Pois *“é difícil quebrar a invisibilidade das mulheres na economia de modo geral e, mesmo na economia solidária”* (NOBRE, 2003a : 205). Geralmente, as mulheres são maioria nos grupos sujeitos nas experiências de economia solidária; no entanto, elas costumam serem referenciadas em função de sua situação de classe ou sócio-econômica (como trabalhadoras, baixa renda) ou por sua opção política (como sindicalistas), e não por sua situação de gênero.

Segundo KERGOAT:

“Existe uma relação social específica entre homens e mulheres que organiza a sociedade tanto quanto as relações de classe e raça. Identificamos práticas sociais diferentes segundo o sexo e não condutas biologicamente reguladas (...) comportamentos e atitudes identificáveis na vida cotidiana (...) reflexos das contradições das relações sociais dominantes” (citada por NOBRE, 2003a p. 206).

Segundo NOBRE ainda, a questão da mulher na economia solidária iniciou-se com a consciência da invisibilidade, da marginalização e do não-reconhecimento do protagonismo das mulheres. Muitos grupos de mulheres populares, em algum momento de sua existência, se empenharam em gerar renda, *“nem que fosse apenas para garantirem o funcionamento do próprio grupo ou para justificarem para si e para sua família as tardes em que se ausentavam de casa para estarem com as companheiras”* (2003, p. 206).

É possível acompanhar várias iniciativas de ONGs nacionais e internacionais, que propiciaram a partir dos anos 80 uma maior visibilidade às experiências de convivência solidária dos grupos de mulheres (associações de mães, grupos produtivos, etc), o que possibilitou a criação de um quadro de referências positivas dessas iniciativas e facilitou o seu fortalecimento como sujeitos sociais.

A mesma autora salienta que a dificuldade de trabalhar a questão da economia solidária numa visão feminista é que existem varias representações sexuadas sobre a economia solidária:

“Uma delas é de que a economia solidária é muito próxima do trabalho comunitário, território das mulheres e, portanto, seria vivida de forma negativa pelos homens (...) A identidade do homem trabalhador está vinculada ao trabalho assalariado formal. Sendo assim, sua participação em grupos pode ser vista como transitória. Ao passo de que as representações dominantes sobre a identidade feminina, ligada ao papel de mãe, esposa, dona-de-casa, as aproxima dos grupos que se reúnem na vizinhança do espaço doméstico, que operam com lógicas e valores mais próximos aos seus costumes. Se bem que estas representações estão mudando nas novas gerações de mulheres, que projetam expectativas de carreira e permanência no trabalho assalariado. Quando estão fora do mercado de trabalho, tendem a se apresentar como desempregadas. Diferentes das mulheres mais velhas que, na maioria das vezes, se apresentam como donas-de-casa, mesmo quando exercem várias atividades no mercado informal”(NOBRE, 2003, p. 207).

Hoje, várias economistas feministas tratam de promover uma ampla reconceitualização da economia, apresentando os seguintes argumentos:

- a) é preciso reconhecer a contribuição das mulheres na produção de riquezas e na promoção do bem-estar das sociedades, o que implica sair de uma lógica monetária, de maximização do lucro e acumulação do capital;
- b) as mulheres desempenham um papel fundamental no estabelecimento dos laços sociais (confiança, civilidade e reciprocidade) nas relações familiares e sociais, bem como nas trocas econômicas. Essa economia não-monetária sendo ignorada, com ela, uma boa parte do trabalho (invisível) das mulheres é desvalorizado;
- c) o acesso das mulheres ao mercado de trabalho é ainda o único meio privilegiado para as mulheres adquirirem um mínimo de autonomia;
- d) não é suficiente lutar pela igualdade profissional, se não existir uma melhor e mais equitativa distribuição das tarefas domésticas entre mulheres e homens;
- e) é preciso lutar contra o modelo neoliberal que conduz a uma (sobre)valorização dos ganhos de capital em detrimento da remuneração do trabalho, e contra o discurso neoliberal que *“desqualifica as profissões do social, julgando-às superfluas e improdutivas.*

Hoje, as experiências alternativas de geração de renda surgem para as mulheres, de modo positivo:

- como possibilidade de acesso à propriedade dos meios de produção mediante propriedade coletiva;
- como possibilidade de ter acesso à remuneração própria e à autonomia que essa remuneração propicia;
- como oportunidade de vivenciar outra relação de trabalho, baseada na gestão cooperativa e democrática, no companheirismo, nos valores de solidariedade e reciprocidade;
- como forma de acesso à formação profissional, à qualificação individual e coletiva, à capacitação não somente no processo de trabalho, mas também na organização e gestão de negócios;
- como oportunidade de desenvolver iniciativas próprias, individuais e coletivas, familiares ou associativas;

- como oportunidade de debater o papel econômico de cada membro da família, principalmente quando as mulheres assumem cada vez mais o papel de provedora e a responsabilidade pela sobrevivência / reprodução social da família;
- como oportunidade de refletir sobre a humanização das relações, sobre a integração dos diferentes tempos e facetas da vida cotidiana;
- como possibilidade de questionar e superar a tradicional divisão sexual do trabalho.

O debate sobre mulheres e gênero na economia solidária ainda é pequeno, frente às contribuições das mulheres em práticas inovadoras: muito pouco se sabe sobre a importância da contribuição de mulheres no desenvolvimento local, na preservação / conservação do meio ambiente, no protagonismo das mulheres empreendedoras, etc. Há de salientar que alguns aspectos da economia solidária são bastante polêmicos, quando, através de práticas solidárias, as experiências desenvolvidas por ONGs, associações ou outras formas de organizações sociais tendem a assumir alguns serviços sociais (os de proximidade como as creches por exemplo), frente à diminuição do estado e às limitações das políticas sociais:

“São inúmeros os exemplos de mulheres atuando como agentes de saúde, de promoção da segurança alimentar, mães-crecheiras, com contratos e condições de trabalho precárias. Funções de extrema importância para nossa existência são desvalorizadas e mantidas às custas do sobretrabalho das mulheres que aumentam suas responsabilidades na mesma medida em que o Estado diminui as suas”(NOBRE, 2003a p.210-211).

Considerando o papel das mulheres na produção alimentar, por exemplo, as suas lutas para um acesso equitativo aos recursos produtivos e pelo fim das estruturas patriarcais na agricultura, na pesca, etc., fica mais patente ainda que ainda há um longo caminho a ser percorrido. Ao analisar as políticas de alimentação e os papéis de gênero, SILIPRANDI (2003) mostra a importância de considerar as mulheres nas instâncias de decisão, como pessoas autônomas, com desejos, necessidades e propostas próprias.

Conclusão

É justamente neste ponto que a rede de ITCPs se destaca, na formulação de um trabalho compartilhado entre Universidade e comunidade, formada principalmente por mulheres. Ao incorporá-las nas instâncias de decisão, o trabalho das incubadoras configura-se como expressivo avanço neste campo. A autogestão das mulheres nos projetos de economia solidária representa um avanço em relação às práticas assistencialistas e permite que elas tenham ganhos pessoais e na relação com as suas famílias e comunidades, obrigando o próprio Estado a reconhecer e aceitar a forma como organizam seu trabalho e sua vida cotidiana.

Referências bibliográficas e documentais

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho ? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In ROCHA, Maria Izabel Baltar da. Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: ed. 34, 2000. p. 13-58.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- FRANCO, A. de. Porque precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável. 2 ed. Brasília: Instituto de Política, p 36-37, 2000.
- GAIGER, Luiz Inácio. “Empreendimentos econômicos solidários”, in: CATTANI, Antonio David. (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 135-143.
- GUIMARÃES, Gonçalo: “Subvertendo e construindo o impossível” in: Sindicalismo e Cooperativismo – A economia solidária em debate – Transformações no mundo do trabalho. UNITRABALHO– COPPE/ UFRJ; Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. S/ d.
- JARA, C. J. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Recife: IICA, 1998.
- MACHADO, Leda Maria Vieira. A incorporação do gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume, 1999.
- NOBRE, Miriam. “Mulheres na economia solidária”, in: CATTANI, Antonio David. (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003a. p. 205-212.
- _____. e FARIA, Nalu (Org). A produção do viver – Ensaio de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003b.
- SANTOS, Daisy Maria dos. ALVES, Marlene dos Santos. Cooperativa popular: uma construção situada na articulação ensino, pesquisa e extensão. In: ANAIS do 1 Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, João Pessoa – PB, 2002.
- SILIPRANDI, Emma. Políticas de alimentação e papéis de gênero, in: NOBRE, Miriam e FARIA, Nalu (Org). A produção do viver – Ensaio de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003b p. 56-90.
- SINGER, Paul. “Economia solidária” in: CATTANI, Antonio David. (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 116-125.
- _____. e SOUZA, André Ricardo. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOARES, Guilherme José de Vasconcelos. DIAS, Conceição. SILVA, Emanuel Sampaio. A incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFRPE: uma nova experiência de extensão universitária. In: ANAIS DO I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, João Pessoa, 2002.
- SOUZA, Catarina da Silva. Cooperativas de Trabalho na Cidade do Natal: formação, composição e condições de ocupação e renda. Dissertação de mestrado, UFRN, Natal, 1999.
- TINOCO, J. E. A participação no processo de gestão: reflexões sobre a prática. Série textos acadêmicos, n. 2. Recife: UFRPE, 1993.
- TIRIBA, Lia. Economia Popular e cultura do trabalho: Pedagogia(s) da produção associada. Unijuí, Rio Grande do Sul, 2001.
- VALERY, Françoise Dominique. O papel das mulheres no desenvolvimento local. Natal: UFRN / NEPAM, Boletim Via Láctea, 2001.
- _____. Gestão social como ferramenta da gestão do conhecimento. XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Florianópolis, 2004. (no prelo)

